



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Esplanada dos Ministérios - Bloco U, codes@mme.gov.br , Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mme.gov.br

PROJETO BÁSICO

Processo nº 00740.000186/2025-08

I - EVENTO

39º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

II - JUSTIFICATIVA

A Consultoria Jurídica, através da Advogada da União e Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos e Residuais desta Consultoria Jurídica, tem se manifestado juridicamente por meio de Pareceres e Notas nos expedientes que envolvem licitações, contratos, parcerias, atos normativos, consultas alusivas às empresas estatais e entidades vinculadas desta Pasta com o enfoque no aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas pelo MME.

Importante destacar que as atividades da Consultoria Jurídica exigem do profissional do Direito constante atualização, capacitação e o aperfeiçoamento de sua atuação na área.

Ademais, a participação no evento está alinhada ao planejamento estratégico do Ministério de Minas e Energia e atende, portanto, aos interesses da própria Consultoria Jurídica.

III - OBJETIVO

Capacitar e o aperfeiçoar a servidora em sua atuação nessa área, atendendo, portanto, aos interesses da própria Consultoria Jurídica e às necessidades e interesses do Ministério de Minas e Energia.

IV - CLIENTELA

Alyne Gonzaga de Souza, SIAPE: 1507252.

V - METODOLOGIA

O Congresso Brasileiro de Direito Administrativo é constituído por palestras e conferências. As oficinas são atividades complementares.

Serão abordados os seguinte temas:

Reequilíbrio econômico-financeiro, reajuste e repactuação nas Lei 14.133/21 e 13303/16;

Modernização do Regime Disciplinar: sanções, regulação responsiva, acordos substitutivos. Afinal, quais devem ser os objetivos e os instrumentos da atividade sancionatória?;

Oficina “Gestão e Fiscalização contratual”;

Oficina “LGPD na Administração Pública: exemplos práticos de pontos sensíveis e cautelas a serem adotadas”;

Painel “Sustentabilidade e Governança nas contratações”;

Painel “Combate à corrupção. Patologias. Amadurecimento do Compliance empresarial. Rescisão e alterações nos acordos de leniência”;

Compras públicas pelos Municípios: fracionamento, centrais de compras e consórcio; tratamento favorecido e o impacto da Lei 14.133/21 na LC 123/16; agentes de contratação;

Emendas parlamentares e o impacto no planejamento estatal;

Inteligência artificial na Administração Pública: possibilidades e cautelas. O que se discute internacionalmente sobre legalidade e captura?;

Contratação de facilities: aspectos jurídicos e operacionais;

Riscos fiscais em contratos de concessão;

Improbidade Administrativa: deferência, discricionariedade e controle;

Governança e Planejamento Administrativo;

Agências Reguladoras: afinal, o modelo brasileiro deu certo? Regulação e Lei de Liberdade Econômica;

Lindb como referência obrigatória da atividade administrativa: impactos percebidos e o que ainda há de ser implementado;

Improbidade Administrativa, Tribunais de Contas e repercussões no sistema de responsabilização eleitoral;

Governo digital: experiências exitosas no Brasil e no mundo;

Empresas estatais: oportunidade de negócios, marketplace, inovação, integridade;

Infraestrutura social : expediências positivas e aprendizados acumulados;

Possibilidades de uso da Inteligência Artificial na Administração Pública;

Dispute Board e Arbitragem como alternativas para solução de controvérsias em contratos de infraestrutura: efetividade ou modismo?;

A dinâmica da organização administrativa revisitada: coordenação administrativa, delegações de competência e colaborações entre administrações públicas para o incremento da eficiência;

Terceirização: do planejamento à execução. As melhores rotinas e os melhores métodos de gerenciamento de riscos e controles para garantir o cumprimento do pactuado. Regimes de execução contratual e critérios de medição. Quando realizar glosas contratuais. Ferramentas para salvaguarda do interesse público. Repactuação;

Oficina Empresas estatais : boas práticas e erros mais comuns nas licitações e contratos;

Controle e ambiente de negócios: segurança jurídica, deferência e consenso;

Desafios da Advocacia Pública: rumos para a defesa do interesse público;

Principais pontos de atenção no PAD (Processo Administrativo Disciplinar);

“Infraestrutura e Lei da Liberdade Econômica”; e

Agentes Públicos e as decisões do STF sobre Regime Jurídico Único e indicação e dispensa nas empresas estatais.

VI - RECURSOS INSTRUCIONAIS:

Evento de forma presencial

VII - CARGA HORÁRIA

30 (trinta) horas.

VIII - CUSTOS ESTIMADOS

Custo total: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

IX - LOCAL, PERÍODO, HORÁRIO

Local: Belo Horizonte - MG

Período de 08 a 10/10/2025

Horário: 9hs às 18hs

X - DADOS DA EMPRESA

Empresa : Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)

CNPJ: 29.419.181/0001-77

Domicílio Bancário

Banco: XP Investimentos (cód. 348)

Agencia: 0001

Conta Corrente: 1754103-5

XI - RECURSOS FINANCEIROS

Estão disponíveis através do Programa de Trabalho - Capacitação de Recursos Humanos – 25.128.0032.4572.0001, elemento de despesa 339039.

XII - DO EMPENHO

Será emitida Nota de Empenho no valor total de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)..

XIII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação da fatura discriminada após a realização do evento e será realizado em até 10 (dez) dias úteis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcilio Rodrigues Penha, Auxiliar de Codificação e Conferência**, em 29/04/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1047707** e o código CRC **82739668**.

Referência: Processo nº 00740.000186/2025-08

SEI nº 1047707